

## **O USO DAS RENDAS DE BILROS COMO ELEMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL PARA FOMENTAR O TURISMO EM ILHA GRANDE, PIAUÍ, BRASIL**

Heidi Gracielle Kanitz<sup>1</sup>

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo busca compreender o histórico das rendas de bilros no mundo e, em particular, no Nordeste brasileiro, destacando a comunidade dos Morros da Mariana em Ilha Grande no estado do Piauí, refletindo sobre as possibilidades de manutenção e valorização dessa arte como componente da identidade cultural do local, além de discutir propostas de utilização desse patrimônio pelo turismo, de maneira sustentável. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho qualitativo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, caracterizando-se como exploratório-descritiva. Dentre os resultados, propõe-se atividades de educação patrimonial e incentivo ao turismo cultural e pedagógico, bem como a criação de um sistema de registro, documentação e promoção das rendas a fim de valorizar e preservar a arte para as futuras gerações, dando ênfase à criação de uma plataforma virtual onde possam ser armazenadas informações diversas acerca das rendas de bilros, sua história, design e evolução além de possibilitar a comercialização de produtos, posto que a renda configura-se como atividade cultural e, concomitantemente, econômica.

**Palavras-chave:** patrimônio imaterial; rendas de bilros; Morros da Mariana; turismo cultural; turismo pedagógico; museu virtual.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos do Patrimônio, Universidade Católica Portuguesa, pesquisadora do CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Portugal; Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba/PI, Brasil. [heidikanitz@ufpi.edu.br](mailto:heidikanitz@ufpi.edu.br)

<sup>2</sup> Professor Catedrático da Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa, CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, Portugal. [gsousa@porto.ucp.pt](mailto:gsousa@porto.ucp.pt)

**THE USE OF BOBBIN LACE AS A CULTURAL IDENTITY  
ELEMENT TO PROMOTE TOURISM IN ILHA GRANDE, PIAUÍ,  
BRAZIL**

**Abstract**

The objective of the present article is to comprehend the history of bobbin lace in the world and in particular in northeast of Brazil, highlighting the community of Morros da Mariana in Ilha Grande, state of Piauí, reflecting on the maintenance possibilities and appreciation of this art as cultural identity, and to discuss proposals for the use of this heritage for tourism, in a sustainable manner. The research is qualitative nature, exploratory and descriptive in nature, anchored in bibliographic and documentary research. Among the results, it is proposed heritage education activities and encouragement of cultural and educational tourism, and the creation of a system of registration, documentation and promotion of lace in order to enhance and preserve the art for future generations, giving emphasis to creation of a virtual platform where they can be stored various information about bobbin lace, your history, design and development as well of enabling the marketing of products, since the income is configured as a cultural activity and concomitant economic.

**Keywords:** intangible heritage; bobbin lace; Morros da Mariana; cultural tourism; educational tourism; virtual museum.

## 1. INTRODUÇÃO

Patrimônio está relacionado às relações familiares, às heranças partilhadas. Ao longo do tempo esta palavra foi associada a novos verbetes e adquiriu outros significados, mais amplos do que o original. Ao patrimônio está associado um conjunto de valores, como beleza, antiguidade, identidade, entre outros, os quais foram agregados nos últimos séculos. Assim:

no conceito amplo de patrimônio cultural estão presentes as esferas da natureza, o meio ambiente natural onde o homem habita e transforma para sobreviver e realizar suas necessidades materiais e simbólicas, o conhecimento, as habilidades o saber fazer humano, necessário para a construção da existência em toda sua plenitude, e os chamados bens culturais propriamente ditos, que são os produtos resultantes da ação do homem na natureza. (Neves, 2003:1)

Os bens culturais que constituem o patrimônio cultural podem ser divididos em dois grupos: material e imaterial. O patrimônio cultural material que está constituído por construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico, monumentos, documentos, instrumentos musicais e outros objetos que apresentem a capacidade de adaptação do ser humano o seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural.

O patrimônio cultural imaterial é formado por todos aqueles conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, as danças, as crenças, os costumes, o conhecimento, a herança histórica, a medicina tradicional. Os bens componentes do patrimônio cultural fazem com que as sociedades venham a compreender seus fundamentos, sua história e sua relação com tudo aquilo que vieram a ser o princípio dos seus modos de vida.

A UNESCO define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, de sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

A identidade transmite-se e reforça-se através da memória, quer individual, quer coletiva. Ora o patrimônio cultural, por meio dos testemunhos que o integram, constitui alicerce fundamental da memória. A sua fácil observação – pois grande parte dele encontra-se à nossa volta e faz parte da civilização material e do próprio cotidiano – e as recordações que invoca transformam-no num elemento que poderíamos classificar como que estruturante da própria identidade.

Assim, a identidade de uma comunidade é definida não só pelos eventos com ela relacionados, como também pelas atividades nela exercidas, pelo contato com outras comunidades, pelo viver das populações, por sua gastronomia e vestiário, por suas manifestações populares e pela ação dos seus membros.

Na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, norte do estado do Piauí, localiza-se a Ilha Grande de Santa Isabel, composta pelos municípios de Ilha Grande e parte (não continental) do município de Parnaíba. Em verdade, toda a Ilha Grande de

Santa Isabel, até dezembro de 1994, pertencia ao município de Parnaíba, mas no mesmo ano em voga houve a bipartição do território em virtude de um significativo desenvolvimento do povoado Morros da Mariana e localidades circunvizinhas, que há muito tempo não recebiam assistência administrativa no tocante a fomentação de políticas públicas. Por esses motivos, o povoado de Morros da Mariana alcançou a emancipação política e administrativa, originando o atual município de Ilha Grande. (Crespo, 2007).

A cidade de Ilha Grande, segundo o Censo Demográfico de 2010, tem aproximadamente 8.914 habitantes, está a 340 km da cidade de Teresina, capital do Estado, e faz parte da chamada Microrregião do Litoral Piauiense. Compõe um dos 14 municípios do Roteiro Integrado ‘Rota das Emoções’ que, segundo o modelo de gestão descentralizada do turismo implantado no Brasil pelo Ministério do Turismo, visa proporcionar que cada Unidade Federada, região e município busque alternativas de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e especificidades, para que cada região turística planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. Desta forma, as diretrizes políticas operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico com foco na regionalização, possibilitam a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional (Brasil, 2007).

Este modelo de política de planejamento e desenvolvimento das rotas turísticas no Brasil partiu do princípio em que cada uma das cinco macrorregiões geográficas tivessem um roteiro piloto, para que outras alternativas regionais fossem consolidadas pelo turismo. O município de Ilha Grande se insere em um dos modelos primários, a “Rota das Emoções”, que liga Jericoacoara (CE), o Delta do Parnaíba (PI) e os Lençóis Maranhenses (MA).

Ilha Grande, mais conhecida por seus habitantes como Morros da Mariana<sup>3</sup>, possui como seu principal atrativo turístico o Delta do Parnaíba, mas nos últimos anos seu artesanato tem se destacado no cenário nacional em virtude de suas rendas de bilros serem feitas com apuro técnico. A mulher rendeira faz parte do imaginário popular nordestino e se constitui como tal com suporte conhecimentos técnicos tradicionais que atravessaram a história de muitas gerações. Existe um modo peculiar de ensino do ofício de rendeira perpetuado por meio da tradição oral, cuja realidade é encontrada ainda hoje nos Morros da Mariana.

A história do município, portanto, parece estar ligada a este artesanato desde sua formação, estando profundamente imbricada na vida regional. Ela é fonte de complemento orçamentário, de distração, elo entre mulheres, dentre outros aspectos que marcam a história do Nordeste e dos Morros da Mariana em particular. No tocante à geração de renda advinda da comercialização das rendas, se destaca o desenvolvimento recente da atividade turística como um fator impulsionador das vendas e da divulgação do destino.

Diante do exposto, tal artigo reveste-se de importância, pois objetiva compreender o histórico das rendas de bilros no mundo e, em particular, no Nordeste brasileiro, destacando a comunidade dos Morros da Mariana, refletindo sobre as possibilidades de manutenção e valorização dessa arte como componente da identidade cultural de Ilha Grande.

---

<sup>3</sup> Razão pela qual será adotada esta denominação neste artigo para nos referirmos ao município.

Metodologicamente, a pesquisa é de cunho qualitativo, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental e caracteriza-se como exploratório-descritiva, com dados analisados e descritos à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Traz como pressupostos teóricos um breve histórico acerca da evolução do conceito de patrimônio imaterial no Brasil, além de um retrospecto sobre a origem das rendas de bilros no mundo e no Brasil. Apresenta a seguir uma descrição sobre a associação das rendas de bilros existente nos Morros da Mariana e o trabalho que vem sendo desenvolvido com o passar dos anos, registrando sua evolução e aspectos que marcaram a trajetória das técnicas e modelos utilizados. Por fim, apresenta algumas propostas de valorização da arte e fortalecimento da renda de bilros como identidade cultural do município.

## **2. SOBRE A CONCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL NO BRASIL**

As questões relacionadas com o patrimônio tem sido discutidas com frequência nos últimos tempos. Durante séculos, à noção de patrimônio cultural associavam-se fundamentalmente os monumentos que permitissem recordar eventos de índole militar, diplomática, religiosa ou, então, associados a antigas civilizações (Mendes, 2013). Na atualidade, mediante o alargamento do entendimento sobre sua concepção, são incluídas todas as esferas da atividade humana tais como a arquitetura popular, os objetos e utensílios cotidianos, o conhecimento popular, o saber-fazer, dentre outros.

No Brasil, a idéia de que o patrimônio não se compõe apenas de edifícios e obras de arte erudita, estando presente também no produto da alma popular, remonta aos anos 1930 e se encontrava no projeto que o poeta modernista Mario de Andrade elaborou para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), em 1936. De acordo com Sant'anna (1995:54), “esse sentido amplo de patrimônio encontrava-se na definição *andradiana* de arte como ‘a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos’ pois, para Mário, arte equivalia a cultura”. Para Mário de Andrade, o rol patrimonial era composto também pelos vocabulários, lendas, cantos, medicina e culinária indígenas, música, contos, provérbios e outras manifestações populares. Tal conceito visionário e revolucionário não vingou na época e nem chegou a ser codificado em termos legais, posto que o tombamento que nasceu do Decreto Lei 25, de 1937, tem outra natureza e só é aplicável e produz efeitos no plano material. No entanto, ele foi um pioneiro no registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural, documentando sistematicamente essas manifestações ao longo de sua vida.

Em sequência, a Constituição Federal em 1988 (Brasil, 2003), em seu artigo 216, apresenta uma compreensão mais larga sobre o que vem a ser patrimônio cultural brasileiro, entendendo-o como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

No entanto, foi o Decreto n. 3551, de 04 de agosto de 2000 que trouxe um avanço na perspectiva patrimonial, sendo considerado o marco legal do registro do patrimônio

imaterial. O Decreto institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Uma das características mais importantes dos patrimônios imateriais é a sua capacidade de mudar, de adaptar-se e de construir novos significados simbólicos, conforme as demandas do ambiente e de seus atores. Esse entendimento pode ser retomado com a definição sobre patrimônio cultural imaterial da UNESCO (2003), reconhecido como:

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram essa modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber-fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Unesco, 2003).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2008) considera como pilares de ação do PNPI a pesquisa, documentação e informação; a Sustentabilidade; a promoção e; a capacitação. Para a melhor compreensão do PNPI, vale destacar ainda o entendimento do conceito de bens culturais, já que estes são considerados o objeto central desse Programa. Na Resolução nº 1 de 2006, os bens culturais de natureza imaterial são as “criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social”.

Diante do alargamento do entendimento do que vem a ser patrimônio para uma comunidade, merece destaque neste estudo um dos bens imateriais considerados como identidade cultural da cidade de Ilha Grande: as rendas de bilros. Para tanto, faz-se necessário somar aos conceitos apresentados anteriormente um breve retrospecto da história das rendas de bilros no mundo, culminando no desenvolver desta arte nos Morros da Mariana, lócus desta pesquisa.

### **3. A RENDA DE BILROS: UM PERCURSO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO**

O assunto estudado nesta pesquisa tem sua presença identificada nas artes e culturas de diferentes povos ao longo da história. A renda de bilros possui uma longa história; é encontrada em diferentes lugares e possui diversos modos de ser feita e retratada. Das lendas do mundo mitológico de Minerva e Aracné, passando por Penélope até os dias atuais, a renda não é um tema recente ou localizado.

Diversos estudiosos afirmam que não é possível determinar o momento histórico em que se deu o surgimento da renda de bilros. O manuseio de fios ou fibras se apresenta como uma constante na história da humanidade. A transformação de 'linhas', ou fibras, em superfícies planas ou com volume, de acordo com uma técnica específica,

teria se iniciado com a cestaria e se desenvolvido por meio da tecelagem. Posteriormente surgiram os bordados, que utilizavam o tecido pronto como base para uma série de adornos elaborados com diferentes tipos de técnicas e linhas. Relatos e registros dos trabalhos de agulha (bordados e retículas) remontam a um passado remoto. De acordo com Ramos, “o tricot já era conhecido da mulher do Neolítico lacustre, dos antigos hebreus, dos indús, dos chineses” (1948:9). No entanto, na forma como as encontramos atualmente, as rendas surgiram na Europa em algum momento entre os séculos XV e XVI.

Diante de um rol de documentações, confronto de argumentos e desconstruções contraditórias e sem, até agora, ter vingado um argumento conclusivo que dê a questão como resolvida, surgem naturalmente a Itália, a Flandres e a França a disputar entre si o status de berço tanto das rendas de agulha como das rendas de bilros, ainda que pareça existir um certo consenso quanto a considerar-se a Itália (Veneza) como a criadora das rendas de agulha, reservando-se para Flandres a honra da criação das rendas de bilros. (Calado, 2003).

Com o passar do tempo, os bordados se aperfeiçoaram e se sofisticaram. De maneira gradual, o fundo (tecido) que servia de base ao trabalho foi retirado. As rendas surgiram como resultado do desejo “de quebrar a monotonia do bordado fechado sobre um fundo compacto de tecido pré-existente” (Ramos, 1948:13). Os bordados sobre fundos claros, em tecidos como tule ou musselina, constituem a primeira tentativa de dar maior leveza e transparência aos trabalhos de agulha. Em seguida, passou-se a cortar pedaços do fundo (tecido), entre os motivos bordados, constituindo os pontos denominados *point coupé*, *punto tagliato* ou o 'ponto cortado' característicos do bordado aberto. A partir desse processo, de recortar o tecido que serve de base para o bordado, desenvolveu-se a técnica do desfiado. Nela, ao invés de se cortar o tecido, retiravam-se dele determinados fios, conservando apenas aqueles necessários à sustentação do bordado. Desde então, surgiram diversas modalidades de retirada de fios, dentre as quais, as mais conhecidas no Brasil são: o labirinto e o crivo (Ramos, 1948; Almeida, 2014).

A classificação de Nair Maria Becker (apud Fleury, 2002) distingue rendas de agulha, rendas especiais, rendas de bilros e rendas diversas. A articulação e o trançado de fios soltos, característica da renda de bilros também vem da antiguidade, conforme atesta a imagem de vaso grego – de uma mulher cruzando fios esticados por pesos de chumbo presos à sua extremidade (Ramos, 1948).

Em sua caracterização atual, a renda de bilros surgiu juntamente com a renda de agulha. A origem da renda, tanto a “de agulha” como a “de bilros”, tem sido motivo de disputa entre artistas e autores de diferentes nacionalidades. Há alusões a focos de criação da renda por toda a Europa e para além dela. Alguns autores afirmam que foi a chegada dos mouros à Península Ibérica que introduziu a renda no continente europeu, enquanto outros apontam para a influência do macramé oriental no desenvolvimento da técnica. No entanto, os indícios históricos acirram a rivalidade entre italianos e belgas. Embora não haja concordância acerca do tema, a maior parte dos estudiosos defende que Veneza foi o berço da renda de agulha.

Em relação à renda de bilros, também há discordâncias. Autores belgas afirmam que sua criação ocorreu em Flandres e apresentam como “prova” um quadro de Quentin Mesisys, de 1495, que retrata uma jovem fazendo rendas em uma almofada semelhante às utilizadas na Bélgica. Outros autores, porém, se baseiam em análises de

especialistas que atestam a autoria real do referido quadro como sendo de Quentin Metsys, filho do precedente, cuja obra teria sido criada em data posterior ao surgimento dos bilros na Itália, país considerado, por esses autores, como o berço das rendas de bilros; embora discordem acerca da cidade de origem: Milão e Gênova são as mais cotadas. (Ramos, 1948; Fleury, 2002).

Ramos apresenta a hipótese de que a ideia da renda de bilros “tivesse surgido do oriente, por analogia com o macramê e se tenha cristalizado entre gregos e romanos, fazendo sua aparição histórica no século XV, quando a renda de bilros se define como tal em Veneza” (1948:67). Transcrevemos, a seguir, a citação que Ramos faz de Lefébure acerca dessa questão: A referência histórica mais antiga que se conhece, às rendas de bilros, está num documento de partilha, feita em Milão, de duas irmãs, em 1493, onde se fala no italiano da época, em uma *binda lavorata a poncto de doii fuxi per uno lenzolo*, “uma faixa trabalhada a ponto de doze bilros para bordar um lençol” (1948:20).

Conforme vimos, no primeiro momento, o uso da renda era símbolo de distinção e nobreza. Com o passar do tempo, fazer renda tornou-se parte da instrução formal apropriada às moças 'de família' européias, sendo ensinadas em escolas e conventos de Portugal, Espanha, Alemanha, entre outros. No Brasil, a renda desembarcou do Reino juntamente com prendas senhoras portuguesas que vinham acompanhando seus maridos, mas se difundiu de maneira específica.

No Brasil, assim como em Portugal, os trabalhos manuais constituíam parte da educação formal das jovens, por enquadrar-se à formação artístico-doméstica considerada necessária às mulheres da época. Apesar de inúmeras técnicas constarem entre as ensinadas oficialmente no Brasil, seja em escolas ou conventos, não são encontradas referências acerca do ensino institucionalizado da renda de bilros. Dessa maneira, pode-se auferir que sua rápida difusão, tanto geográfica quanto social, no Brasil tenha se dado por outras vias, que não as oficiais. O saber-fazer da renda de bilros percorreu vias consideradas 'informais', como aquelas do parentesco, da amizade e da vizinhança. Nesse sentido, a casa se apresenta como espaço privilegiado de incorporação de tais hábitos e habilidades. Foi no contexto da casa, ou no seu entorno, que o conhecimento da renda de bilros foi transmitido e difundido. Acerca deste aspecto, Mendonça (1959) faz a seguinte colocação:

A julgar pelos fatos históricos, presumo que na Região Sul, onde se localizaram os primeiros núcleos de colonização, alguma portuguesa se teria dado ao trabalho de ensinar a “troca dos bilros” a qualquer mestiça. E, observando-lhe a habilidade, ensinara-lhe sucessivamente os trutrus, os entremeios estreitos, os bicos, as aplicações, até chegar às rendas mais largas e mais difíceis. Daí em diante, de família em família, foi-se introduzindo o costume agradável de fazer renda nas horas de lazer. (1959:73)

No trecho transcrito acima, o sul do Brasil é apresentado como um dos primeiros centros ‘receptores’ da renda de bilros. A imigração açoriana naquela região justifica tal explicação; no entanto, existem outras versões, como a da influência holandesa no Nordeste, desde o século XVII. Essa região é, ainda hoje, conhecida foco de produção de renda de bilros, da qual o Ceará é o Estado de maior representação, no qual essa técnica é mais difundida e a rendeira é considerada como um “símbolo de identificação grupal” (Fleury, 2002:18).

A tese mais defendida pelos especialistas, acerca da chegada da renda de bilros no Brasil, é que tenha vindo juntamente com a colonização portuguesa. O fato é que, dentre suas similares, essa técnica foi a que atingiu maior abrangência geográfica, sendo encontrada em vários Estados: Pernambuco, Sergipe, Piauí, Maranhão, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nesse sentido, Dantas (2006:21) aponta para a possibilidade da renda de bilros ter procedências distintas: “Não obstante a escassez de fontes escritas, não se descarta a possibilidade de múltiplas origens, tendo sido a técnica aqui introduzida em diferentes momentos históricos como resultado do fluxo migratório de diversos grupos humanos, como aliás sugere a variação nos tipos de almofadas encontradas no Brasil”.

As primeiras informações sobre as rendas confeccionadas no Brasil são encontradas nos relatos dos viajantes. Assim, em viagem ao rio Amazonas, Henry Walter Bates (1850 apud Fleury, 2002) refere-se ao aprendizado da renda de bilros pelas índias Passés aliciadas pelos brancos. Os romances também registram algumas informações, como “O Tronco do Ipê” (José de Alencar, 1871), que faz referência à produção de renda no Rio de Janeiro.

Os primeiros a pesquisarem a renda de bilros brasileira de modo mais sistemático foram os folcloristas. Dentre os folcloristas mais renomados, Câmara Cascudo foi quem dedicou maior atenção às rendas de bilros. Ele realizou pesquisas etnográficas sobre a rede de dormir e a jangada, elementos do universo litorâneo, no qual a renda também se insere. Dessa maneira, na última edição de seu “Dicionário do Folclore Brasileiro” (2000) a única renda a que se destina um verbete exclusivo é a renda de bilros.

De acordo com Girão (1984), foi no início do século XVII que as rendas de bilros adquiriram características e motivos tipicamente brasileiros, no Nordeste. Cascudo (1993), assim como Meneses (2009) e Girão (1984), escreve que os tipos de rendas confeccionadas no Brasil vieram de Portugal. A renda, aqui sendo transmitida, passou e passa por reconfigurações, ou seja, modificações de padrões e marcas locais, de acordo com a “cultura” local. A maioria das rendeiras dos Morros da Mariana, como percebido no restante do país, aprendeu o ofício pelo ensino de parentes como mãe, avó, tia, irmã ou por afins, como amigas e amigas de amigas.

No Nordeste, segundo Meneses (2009), a matéria-prima usada na produção de rendas era predominantemente linha de algodão nas tonalidades branca e bege, assim como o era na maior parte do Nordeste. “Posteriormente, houve a introdução, não só de novos tons, como também de outros tipos de fios, como o fio de viscose e o fio de seda, que já era utilizado na Europa antigamente” (2009:52). O algodão predominava no Nordeste do Brasil, devido à abundância do seu cultivo na região a partir da segunda metade do século XVIII, de acordo com Meneses (2009).

No Brasil, a renda de bilros, segundo Fleury (2002), é a renda de maior abrangência geográfica e, no Nordeste, é também conhecida como renda de almofada. As rendas de bilros podem ser encontradas em várias regiões do Brasil: no Nordeste, por exemplo, no Ceará, Maranhão, Piauí, Amazonas, bem como na região sudeste, no Rio de Janeiro e na região Sul, em Santa Catarina, por exemplo.

Ao longo das pesquisas, não foi possível determinar quando, ou como, a renda de bilros chegou aos Morros da Mariana, apesar de ser consenso entre os pesquisadores que tenha acontecido de modo semelhante ao que ocorreu no restante do País. De

acordo com Meneses (2009), é possível inferir que elas tenham chegado aos Morros por Dona Mariana, considerada a primeira moradora dos Morros, que por isso levam o seu nome. Tal história é replicada nas conversas e entrevistas às rendeiras dos Morros da Mariana.

Também chamada de renda do norte, renda do Ceará, renda da terra, a renda de bilros foi introduzida no Brasil espalhando-se pelo litoral e pelo sertão nordestino, entre mulheres que, aos poucos, foram modificando os padrões originais e imprimindo neles a sua cultura, dando aos trabalhos uma ‘cara’ brasileira, tal como dito anteriormente (Girão, 1984).

Constata Fleury (2002) que a bibliografia sobre a renda de bilros no Brasil é escassa e que há autores estrangeiros que falam da renda que se produz no país como grosseira e não exportável. No entanto, a procura de pessoas de outros Estados e países pelas rendas brasileiras é patente, a exemplo do que ocorre com algumas peças de rendas de bilros produzidas pelas rendeiras dos Morros da Mariana, as quais já exportam para o Japão e para a Holanda, sendo atualmente o Japão o único destino internacional oficial.

A técnica do rendar foi transmitida de mãe para filha, geração após geração e, no ano 2000, foi transmitida também pelas mulheres rendeiras que compunham a Casa das Rendeiras, através de cursos financiados pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). A Casa das Rendeiras (Figura 1) atualmente configura-se como uma associação de mulheres que têm como especialidade a confecção das rendas de bilros. Compõem essa Casa mulheres das mais variadas idades. É o espaço em que o ofício de rendar toma forma de maneira concentrada; nele, as rendas são confeccionadas (a maioria das mulheres também fazem renda em suas casas; no espaço doméstico), expostas e comercializadas.

**Figura 1:** Casa das Rendeiras dos Morros da Mariana



Fonte: Janaína Leocádio, 2016.

Por iniciativa do Governo do Estado construiu-se a sede da Casa das Rendeiras, casa que sedia a associação, criada em 1993. As rendas tradicionalmente produzidas no município eram de fina linha branca de algodão e a produção constava de bicos de renda e aplicações para integrarem panos de bandeja e outros objetos para decorar a casa, tal como pode ser observado na figura 2.

**Figura 2:** Fragmentos de rendas de bilros antigas dos Morros da Mariana



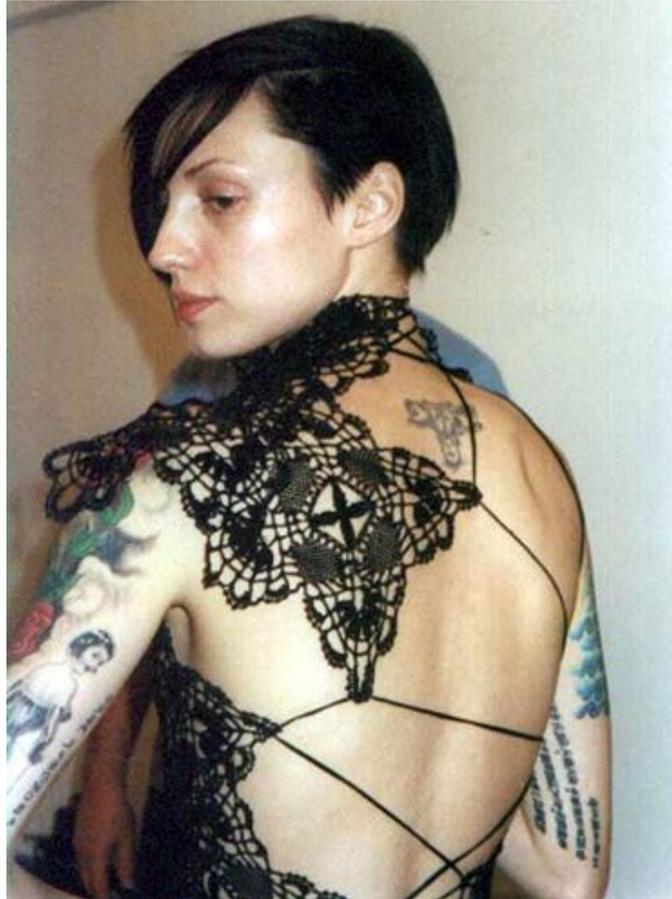
Fonte: Janaina Leocádio, 2016

No entanto, com a crescente valorização da “moda brasileira”, em que costureiros de renome no país alcançam fatias de mercado interno/externo valendo-se da utilização de trabalhos artesanais em suas criações, as rendeiras da associação passaram a modificar os padrões de suas rendas. Estilistas como Walter Rodrigues utilizaram-se das rendas piauienses para agregar valor às suas coleções, impulsionando o saber-fazer e auxiliando as rendeiras na criação de um novo estilo para as peças produzidas por elas, com novos padrões de formatos e cores. O resultado de tal intervenção reforçou a autoestima daquele grupo de mulheres, as quais viram os seus trabalhos ganharem o reconhecimento da mídia e do mundo ao terem seus produtos expostos no desfile da coleção de Walter Rodrigues na São Paulo Fashion Week de 2001 (figura 3). Este reconhecimento e visibilidade propiciaram o surgimento de convites para exportar suas peças, bem como para que fossem ministrados cursos de capacitação para instituições, trazendo novas propostas de inovação.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> No ano de 2004, por meio de um programa de intercâmbio internacional Brasil-Holanda, as rendeiras receberam a visita e o auxílio de alunos de moda e design, passando a criar uma coleção de bijouterias de rendas de bilros. Para maiores informações acerca do intercâmbio, consultar Sasaoka.

**Figura 3:** Detalhe do vestido criado para o desfile de Walter Rodrigues



Fonte: Site A Casa

Atualmente existem duas associações em Ilha Grande: Associação das Rendeiras de Ilha Grande - Casa das Rendeiras e a Cooperativa de Rendeiras do Delta (COOPERDEL). Os dados mais recentes apontam que a Casa das Rendeiras conta com 120 mulheres e a COOPERDEL com apenas 10 mulheres (Almeida, 2014).

As intervenções feitas pelos atores envolvidos nos projetos supracitados e referenciados, bem como o intercâmbio de informações, permitiu que as rendeiras pudessem desenvolver modelos considerados como “exclusivos” dos Morros da Mariana, tal como pode ser averiguado na descrição a seguir: “[a partir da intervenção] As novas gerações começaram a ousar, mudando as cores e utilizando outras cores e linhas. O ponto é o mesmo, mas surgiram outros desenhos. Um dos pontos de destaque nesse sentido é o ponto ‘vira mundo’ que pra gente é o grande diferencial das rendas da Ilha.”

De acordo com a D. Conceição, nenhum outro grupo de rendeiras de outras regiões desenvolve tal ponto. A rendeira afirma que ainda é exclusividade das rendeiras da Ilha por nenhum outro grupo ter copiado, explicando que a ‘vira mundo’ é feita com uma linha bem fina, delicada e o desenho em si, da maneira como o ponto é moldado, toma as formas desejadas, como pode ser observado na figura 4.

**Figura 4:** Exemplo do ponto ‘vira mundo’



Fonte: Janaina Leocádio, 2016.

Se no início eram produzidos somente bicos e rendas em metro, após o contato com designers e outros profissionais foram surgindo novas possibilidades de produtos, ampliando o leque das habilidades das rendeiras, o que se traduz atualmente em uma oferta de blusas e vestidos, palas, marca textos, flores, brincos, colares, descansos de copos, dentre outros. Apesar de tal variedade, pouco fica exposto na loja ou arquivado através de fotografias e vídeos, fragilizando a manutenção da arte e a salvaguarda da memória.

A renda de bilros é um importante fator de representatividade da comunidade, bem como tem se transformado, ainda que de forma amadora, em um produto turístico do município, atraindo turistas que passam pela localidade ao longo das visitas ao Delta do Parnaíba. Apesar de estar localizada na principal via de acesso ao Delta, seu potencial enquanto atrativo turístico ainda é subaproveitado, no entanto um dos dados mais preocupantes acerca das rendas de bilros na localidade é apresentado pela líder da Casa das Rendeiras, onde ela expõe que “como não há interesse por parte da comunidade, é provável que as rendas de bilros de Ilha Grande deixem de ser confeccionadas. Atualmente, as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem são os filhos e netos das famílias que hoje produzem, bem como alguns poucos de fora que vieram para aprender”.

Acredita-se que sem apoio, valorização e reconhecimento por parte da comunidade acerca da importância das rendas de bilros como um componente da identidade cultural, não se pode desenvolver de maneira adequada a atividade turística. Dessa forma, serão apresentadas a seguir algumas propostas de valorização e uso de tal patrimônio imaterial pelas comunidades e também pelo turismo, levando em consideração a importância das rendas de bilros para a preservação da identidade de Ilha Grande.

#### **4. AS RENDAS DE BILROS, A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O TURISMO**

Diante da realidade do município com relação à visitação dos turistas, concentrada principalmente nos períodos de alta estação (Janeiro, Julho e Agosto), onde a procura pelas peças produzidas é maior do que em qualquer outra época, faz-se necessário melhorar a estrutura disponibilizada para a troca de experiências e onde se realiza o processo de compra e venda. Não se trata apenas de aumentar o espaço, porém transformá-lo em um lugar onde as memórias e a importância do rendar sejam sentidas por aqueles que visitam a Casa, despertando inclusive na própria comunidade a curiosidade e o desejo de conhecê-la, visto que boa parte da população ilhagrandense não valoriza a arte que é ali produzida. O espaço, portanto, deve ser reconhecido como um lugar de memória.

Pensar na utilização da Casa das Rendeiras como um espaço de afirmação da identidade cultural de Ilha Grande remete a reflexões sobre os lugares de memória. A Casa, atualmente, pode ser considerada assim, pois constrói-se a partir das experiências cognitivas, das significações, dos imaginários e das subjetividades dos diferentes grupos sociais que por ali transitam e convivem. Trata-se de um espaço de interação, carregado por um forte sentimento de territorialidade, apropriado física e espiritualmente pelo grupo das rendeiras. Portanto, os lugares de memória referenciam a trajetória comunitária e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas que os (re)constróem permanentemente.

Isto posto, reforça-se a idéia de que atividades pedagógicas possam ser realizadas tendo como foco o grupo das rendeiras e a arte das rendas de bilros. Propõe-se que aulas-passeio/visitas guiadas sejam realizadas com grupos escolares do município e região a fim de que estudantes das mais diversas idades tenham contato com o artesanato, com a história das rendas de bilros e compreendam a importância de se preservar essa memória, podendo inclusive ser despertado em tais grupos o interesse em desenvolver essa habilidade manual. Como ressaltado no depoimento citado anteriormente, a própria comunidade ainda não valoriza a arte ali desenvolvida, portanto despertar nas crianças e nos jovens a curiosidade e o prazer pela história das rendas de bilros pode gerar, em um futuro próximo, a divulgação e destas histórias e o reconhecimento de tais memórias como partes importantes da identidade cultural de Ilha Grande.

A prática das visitas guiadas propostas acima também se encaixa em um segmento de turismo conhecido como 'turismo pedagógico'. O turismo pedagógico é um segmento por meio do qual escolas ou agências de viagens especializadas, através de um trabalho conjunto e bem planejado, propõem o uso de viagens e aulas de campo dentro ou fora da própria cidade aos alunos do ensino básico, como estratégia metodológica de desenvolvimento curricular. Para Ansarah (2001:294):

Na atividade de turismo pedagógico, o importante é despertar o interesse do aluno para o novo conhecimento, pelo local, pelos usos e costumes da população. Afinal, e por intermédio do querer saber mais, da percepção, que o ser humano desenvolve seu senso analítico crítico e a vontade de conhecer mais a respeito de determinado assunto, enfim de pesquisar. Trata-se de uma atividade extracurricular, organizada pelas escolas em colaboração de empresas especializadas, e vivenciada pelos alunos como forma de complemento de um conhecimento abordado em sala de aula, envolvendo deslocamentos e/ou viagens de maneira prazerosa.

Visitações, contação de histórias, recriação de peças, oferta de cursos ou oficinas, são inúmeras as possibilidades de atividades que podem ser sugeridas a partir do contato entre alunos e rendeiras. Pesquisas acerca da formação histórica de Ilha Grande e sobre a história da renda de bilros podem ser instigadas por professores antes e após as visitas, compondo a metodologia da educação patrimonial. A princípio, a educação patrimonial possui dois focos gerais de ação: a educação da comunidade escolar e a educação da comunidade em geral e realiza-se de várias formas, não somente como uma atividade lúdica, mas também como uma atividade pedagógica de formação de cidadania. O turismo, portanto, conforme descreve Cerqueira (2005:99): “pode ser uma atividade educadora com significativa colaboração para o desenvolvimento da consciência, das políticas e das ações públicas para a preservação do patrimônio cultural”.

Dentro desse processo de troca de experiências, a valorização da renda de bilros passa a ser fomentada das mais diversas formas, despertando nos alunos um novo olhar acerca da sua própria identidade e, futuramente, podendo ter essa memória transmitida a outras pessoas, fortalecendo os laços identitários tão necessários para que uma comunidade possa orgulhar-se das suas marcas.

Além dos conhecimentos e competências que poderão ser adquiridas ao longo do processo de educação patrimonial, faz-se necessário ressaltar dois aspectos citados por Mendes (2013:200):

torna-se urgente induzir os alunos a interiorizarem a idéia de que o conceito atual de patrimônio é muito mais abrangente que o tradicional; e a sensibilidade para identificação, estudo e salvaguarda dos elementos patrimoniais que, independentemente do seu estatuto jurídico, fazem parte do legado coletivo e, portanto, são pertença de todos nós.

Este sentimento de pertença está na base do desenvolvimento de uma atividade turística que tenha como pressupostos o respeito pela cultura local, sendo alimentado pela comunidade residente e incentivando o respeito à pluralidade cultural nos visitantes. Atividades semelhantes às desenvolvidas com os alunos das escolas podem ser ofertadas aos turistas, promovendo um intercâmbio de experiências, agregando valor aos produtos expostos para comercialização e gerando uma nova renda para o grupo das rendeiras. Dá-se, assim, uma nova roupagem para esse produto turístico, destacando não apenas o contributo financeiro que ele pode trazer para a comunidade, mas principalmente pelo aumento da auto-estima do grupo e pela perpetuação da arte das rendas de bilros. Desta forma, este patrimônio assume múltiplos valores, a exemplo do que Mendes (2013) aborda, a saber: cultural, econômico, educativo, turístico e social.

Por fim, para que as rendas de bilros possam consolidar-se como um produto turístico, torna-se necessário investir em folhetos publicitários e/ou campanhas de marketing aliadas às já existentes, divulgando o trabalho das rendeiras e o centro de visitação, propondo parcerias com as secretárias de turismo das cidades vizinhas, inclusive, visto que a cidade compõe um roteiro integrado.

Importante repensar inclusive a dinâmica de trabalho que existe no local, ponderando horários diferenciados de atendimento ao público, posto que atualmente em determinados dias de menor fluxo a Casa das Rendeiras encontra-se fechada, ocasionando certa frustração em guias e visitantes. O descompasso no processo de comunicação entre o *trade* turístico e a associação das rendeiras acarreta alguns

incômodos nos grupos visitantes, devendo ser trabalhado a fim de que as propostas apresentadas anteriormente também possam ser desenvolvidas a contento.

## **5. O REGISTRO E A SALVAGUARDA DAS RENDAS DE BILROS COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL**

O reconhecimento do patrimônio cultural não deve estar no passado pelo passado, mas devem prevalecer os sentidos e significações que lhes atribuem os grupos humanos. Tal como Pinheiro e Souza (2014:73) afirmam:

O patrimônio acompanha as alterações de significado e lógica social e política, não permanece o mesmo, embora persista a ilusão de que a preservação do patrimônio de pedra e cal, passa principalmente pela permanência material do bem protegido; na realidade, essa permanência está relacionada à vida que habita os espaços, ao reconhecimento e identificação dos bens de qualquer natureza, material ou imaterial. O patrimônio só se constitui como sentido e significado quando faz parte das referências simbólicas e afetivas de um dado território e comunidade.

As grandes mudanças advindas da globalização e o fluxo de visitas a que a cidade de Ilha Grande está exposta podem trazer mudanças significativas na dinâmica e no entendimento das oportunidades e ameaças que os bens culturais da localidade tem passado e podem passar no atual contexto sociocultural. Sendo assim, propõe-se também que a atividade das rendeiras seja registrada e salvaguardada, a exemplo das premissas que incorporam o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, partindo da ideia de que a salvaguarda tem como finalidade garantir a continuidade, proteção e promoção do bem registrado.

Baseadas nos documentos referentes ao processo de registro dos bens culturais do PNPI, criaram-se as categorias que são apresentadas a seguir:

I. Pesquisa, documentação e informação - Por meio da pesquisa e documentação, muito da tradição pode ser resgatada, pois como uma das características da cultura imaterial é a transmissão pela oralidade, tal como se percebe na transmissão dos saberes das rendas de bilros, muitas vezes os elementos da cultura podem ter ficado no esquecimento ou se perderem a partir do momento em que uma senhora rendeira já não tem a quem ensinar ou transmitir seus conhecimentos.

II. Sistematização e difusão do conhecimento produzido - Além da necessidade de realizar pesquisas aprofundadas sobre as rendas de bilros (aqui se tratando da prática nos Morros da Mariana, mas sendo extensivo a todo território nacional), é importante a sistematização de tais pesquisas e suas publicações por meio de exposições, livros, CDs, vídeos e outras mídias, para garantir a transmissão do saber, a promoção e a valorização da cultura popular. A não preocupação em guardar tais memórias pode provocar, em longo prazo, que alguns elementos sejam deixados de lado, não resguardando as transformações às quais os bens culturais vão se adaptando e, com isso, as memórias e as tradições vão se perdendo.

III. Apoio à transmissão do saber popular para às gerações mais novas - A exemplo do que foi discutido anteriormente, para a preservação de um bem cultural o que se deve fazer é estimular que os detentores do saber o transmitam para as novas gerações, que se apropriam desse saber para garantir a continuidade da prática cultural. A transmissão do saber no âmbito familiar é de extrema importância para a continuidade da prática cultural; isso porque a cultura popular se dá no cotidiano das pessoas que passam a ser detentoras do bem cultural. Essa transmissão de saber pode acontecer nas escolas, nas

casas, em oficinas ou em atividades voltadas para as crianças como aulas-passeio ou a prática do turismo pedagógico.

IV. Valorização dos mestres e executantes - Partindo da premissa de que a cultura popular é garantida pela transmissão do saber dos mais velhos para os mais jovens, a valorização dos mestres detentores desses saberes é fundamental para haver tal transmissão, ou seja, passar os saberes de geração para geração só acontece quando os dois lados, os mestres e os aprendizes, estiverem sensibilizados e em condições para que isso ocorra.

V. Promoção e divulgação do bem cultural - Sabe-se que muitas famílias dependem sobremaneira das rendas proporcionadas pela comercialização dos produtos culturais expostos na Casa das Rendeiras, portanto é imprescindível que haja promoção e divulgação destes objetos. Porém estas ações devem ter a preocupação de que isso aconteça de forma consciente e sustentável, a fim de garantir que a tradição não se perca e ocorra a reprodução em massa daquele produto, perdendo assim seus significados socioculturais. Além da possibilidade de geração de renda, a promoção e divulgação das rendas de bilros são importantes para a valorização dessa arte junto à comunidade.

VI. Formação de parcerias – A possibilidade de formar parcerias com instituições públicas e/ou privadas não só para a comercialização e promoção dos produtos é importante, como também buscar um parceiro que auxilie no estabelecimento de um novo espaço, nos moldes de um centro cultural (tal como um museu ou centro das artes tradicionais do Piauí), para a promoção, difusão e sistematização de ações voltadas para a cultura local.

Aliando os itens I, II e V a este, sugere-se também a criação de um museu virtual, onde sejam expostas as fotos, a produção das rendeiras, o histórico das rendas de bilros no Piauí, os moldes utilizados, eventos realizados dentre outras informações, a fim de integrar em um futuro próximo uma rede mundial das rendas de bilros, em diálogo com outras regiões no mundo onde a renda é produzida. Assim, cada centro produtor pode expor suas informações, alinhando-se, desta forma, um centro ao outro, alimentando uma plataforma mundial do patrimônio imaterial voltado para as rendas de bilros.

VII. Relações com o mercado cultural - A relação cultura versus mercado é constante quando se fala nos patrimônios imateriais. Uma das atividades econômicas que mais se relaciona com a indústria cultural do patrimônio é o turismo, isso porque no momento em que um bem passa a ser referenciado como um patrimônio as pessoas têm, além de uma curiosidade em conhecer um pouco mais acerca daquela manifestação cultural, também um apelo para tornar tal bem cultural mais atrativo. Com isso, mesmo as pessoas que não participam dos seus significados simbólicos, de certa forma se sensibilizam com as atribuições, manifestações e características do bem, dando um novo tipo de significado ao bem cultural que extrapola os significados atribuídos pelos detentores do bem.

Ressalta-se nesse diálogo entre o bem cultural e o mercado o desenvolvimento de um segmento específico, o turismo cultural. Segundo Simão (2002:45-46), “o que se apresenta atualmente como proposta é exatamente o que se entendeu contrariamente por muitos anos: um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas de desenvolvimento e indicar alternativas de sustentabilidade local”. Sabe-se que o turismo apresenta-se, hoje, como uma das principais atividades socioeconômicas que se

compatibilizam com a presença do patrimônio cultural e “para que se tenha turismo cultural é necessário, obviamente, que haja preservação do patrimônio” (Pires, 2002:8).

Contudo, para que a atividade possa de fato consolidar-se como economia municipal é necessário um processo de mobilização ampliado e diversificado, visando à disseminação de responsabilidades e possibilidades da abertura ou potencialização de novos negócios, bem como o estímulo à participação de toda a população para decidirem juntos os caminhos a serem seguidos. Pequenos artesãos, cooperativas de doces, centros culturais, ONGs, e pequenas empresas são exemplos que compreendem boa parte do universo do comércio e serviço que sustentam o turismo cultural.

Visitar e apreciar heranças culturais de outros povos e de tempos passados faz parte da cultura contemporânea e tem um valor que ultrapassa a simples curiosidade pelo diferente ou pelo exótico (Meneses, 2006). Essa busca nos faz entender melhor o mundo em que vivemos e nos estimula, “nos leva à busca de prazeres nos momentos de ócio que contemplam o entendimento de culturas, de valores históricos, de manifestações da tradição construída, de heranças culturais” (Meneses, 2006:30). A continuidade cultural de um povo permite traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permitindo que saibamos quem somos e de onde viemos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo propôs um olhar diferenciado para um dos patrimônios imateriais que são referência da identidade cultural da cidade de Ilha Grande ao buscar refletir sobre as rendas de bilros, sua trajetória, evolução e desafios. Diante dessas idéias, tantas outras podem ser implementadas, dando margem a um desenvolvimento sustentável para a cidade de Ilha Grande.

O estímulo à educação patrimonial, aliado às atividades do turismo pedagógico, pode transformar a realidade do lugar, tanto em termos econômicos quanto culturais e sociais. A documentação, inventariação e o registro das rendas de bilros como patrimônio da comunidade e a promoção desse conhecimento podem agregar valor a um produto que começa a ser reconhecido com mais força em um mercado emergente.

Porém, o registro de um bem cultural considerado como patrimônio, apesar da sensação de que não será condenado ao esquecimento ou ao silêncio da história, não basta para que tal bem seja reconhecido pelas gerações futuras. A ação dos profissionais do patrimônio, bem com os instrumentos de preservação, tais como o registro, não garantem que esses resíduos históricos das atividades culturais ou econômicas serão protegidos pela coletividade. Transformá-los em patrimônio não assegura a sua permanência no futuro: se não forem vivenciados, não resistirão aos crivos da história e da memória.

Os intensos fluxos migratórios, os processos de comunicação cada vez mais ágeis, a globalização e o diálogo intercultural reforçam a mais do que necessária ampliação na concepção do que vem a ser patrimônio, tornando-se necessário também ampliar o repertório das práticas de preservação.

Assim, a preservação da memória de manifestações do patrimônio cultural imaterial, a exemplo das práticas artesanais tais como a renda de bilros, traz consigo uma série de efeitos, como a criação de melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do “direito à memória” como parte dos “direitos culturais” de toda a sociedade brasileira, bem como contribui para que a inserção de bens produzidos

em contextos culturais tradicionais em novos sistemas, como o turismo, possa ocorrer sem o comprometimento de sua continuidade histórica.

O reconhecimento do valor do trabalho das rendas de bilros por setores que detém o poder econômico na sociedade, o interesse da mídia local e nacional pela história e produtos locais, a procura de pesquisadores da academia, enfim, a visibilidade que a renda dos Morros da Mariana alcançou nos últimos anos e o conseqüente aumento na venda das rendas são, possivelmente, alguns dos fatores que fazem com que o interesse em aprender a trocar os bilros ainda seja despertado nas meninas e jovens. No entanto, a procura pelo perpetuar dessa tradição ainda é baixa e faz-se necessário um (re)despertar na comunidade acerca da importância das rendas como sua identidade cultural. Quiçá a atividade turística possa vir a ser um meio para valorizar e auxiliar neste processo.

O turismo é, sobretudo, um percurso cultural, um passeio pelo patrimônio e pela história, uma viagem pela simplicidade e riqueza do artesanato regional, pelo ‘milagre-sonho’ da criação popular e as rendas de bilros tem, perante as novas exigências dos caminhos do turismo, um papel fundamental a desempenhar. De informação e formação. Um papel cultural de apologia da arte, de mostruário e difusão da beleza. Um papel de reforçar e continuar a fazer história, sendo concomitantemente fonte de recursos para comunidades tão frágeis economicamente. As rendas de bilros, portanto, são um timbre da identidade das rendeiras do Morro da Mariana mas, igualmente, fonte econômica e de desenvolvimento constante.

## BIBLIOGRAFIA

- A Casa. (2016). Museu do objeto brasileiro. In <http://www.acasa.org.br/> (2016.06.18; 14h34).
- Almeida, A. C. C. (2014). *Tecendo investigações sobre rendas: o trocar dos bilros no Piauí*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.
- Ansarah, M. G. dos R. (2001). Teoria Geral do Turismo. In Ansarah, M. G. dos R. (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: SENAC.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (2007). Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7, Roteirização Turística. In <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1382-brasilia-recebe-encontro-nacional-da-rede-de-cooperacao-tecnica-para-a-roterizacao.html> (2016.01.31; 22h).
- Brasil. (2003). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 14.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Brasil. Decreto Lei n.3551/2000 que trata do patrimônio imaterial. In [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm) (2016.02.04; 19h).
- Calado, M. (2003). *História da renda de bilros de Peniche*. Peniche: [s.n.].
- Cascudo, L. da C. (1993). *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ediouro.

- Cerqueira, F. V. (2005). Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. *Diálogos*. DHI/PPH/UEM. 9 (1) pp. 91-109.
- Crespo, M. F. V. (2007). *Estratégia de desenvolvimento do arranjo produtivo local da carnaúba em Ilha Grande de Santa Isabel (PI) – Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba*. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente apresentada na Universidade Federal do Piauí.
- Dantas, B. G. (2006). Tu me ensina a fazer renda: gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais. In Cunha, M. C. (org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 32. Brasília: Ministério da Cultura.
- Fleury, C. A. E. (2002). *Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult.
- Girão, V. C. (1984). *A renda de bilros e seus artífices*. Fortaleza: Instituto do Ceará.
- Iphan. (2008). *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN/MinC.
- Mendes, J. A. (2013). *Estudos do patrimônio – Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mendonça, M. L. P. (1959). Algumas considerações sobre rendas e rendeiras do Nordeste. *Boletim Antropologia*. 3 (1). Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. Dezembro. pp. 39-76.
- Meneses, J. N. C. (2006). *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Meneses, A. C. P. F. (2009). *Quem te ensinou a fazer renda? A cultura dos Morros da Mariana-PI como influência na educação pela renda de bilros*. [S.l.: s.n.]. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Núcleo de História e Memória da Educação da Universidade Federal do Ceará.
- Neves, B. A. de C. (2003). Patrimônio Cultural e Identidades. In Martins, C. *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca.
- Pinheiro, A. P.; Souza, F. M. C. (2014). O patrimônio cultural e suas múltiplas temporalidades. In Pinheiro, A. P.; [et al.]. *Patrimônio e cultura negra*. Parnaíba: Sieart, pp. 61-80.
- Pires, M. J. (2002). *Lazer e turismo cultural*. Barueri: Manole.
- Ramos, A.; Ramos, L. (1948). *A Renda de Bilros e sua aculturação no Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações de Etnografia e Etnologia.
- Sant'anna, M. (1995). *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. [S.l.: s.n.]. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- UNESCO. Patrimônio Cultural no Brasil. In <http://www.unesco.org> (2015.12.21; 13h43).